



1

Reunião ordinária pública

Data: 2021-11-02

Início: 09.30 horas

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

Termo: 10.48 horas

Presenças:

| | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Vice-Presidente | Hugo Renato Ferreira Cristóvão |
| Vereadores | Maria de Lurdes Ferromau Fernandes |
| | Tiago Manuel Henriques Carrão |
| | Filipa Alexandra Ferreira Fernandes |
| | Luís António Antunes Francisco |
| | Hélder Duarte Henriques |

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

A Sra. Presidente não participou na reunião por se encontrar em França, a participar na Assembleia Geral da TREF – Templar Route European Federation. -----

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 20 DE OUTUBRO-----

BALANCETE -----

N.º 01 – PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO – suspensão parcial, medidas preventivas e início de novo procedimento de revisão (44/ESPP/DGT/2021 - 9/INSTGT/DGT/2021) -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (66/PPRC/PR/2021)-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 03 – APOIO AO CAMPEONATO REGIONAL DE SLALOM DA BACIA DO TEJO (5130/ENTE/DAJA/2021 - 1/APOIOS/DADJ/2019)-----

N.º 04 – JOGOS DE TOMAR 2021/2022 (225/PGEN/DADJ/2021 - 1/ATIVID/UDJ/2015)-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----



N.º 05 – FILMAGENS PARA PROGRAMA “THE CURSE OF OAK ISLAND” – isenção de taxas (5000/ENTE/DAJA/2021 - 6/AUTLIC/DAJA/2021)-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 06 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Miguel Ângelo Vilela Cristóvão (462/ECER/DGT/2021 - 476/EDIF/DGT/2021)-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 07 – PREÇO DO BILHETE DE INGRESSO NO RECITAL DE PIANO DE MARTA MENEZES (200/ENTE/DAJA/2021 - 7/ATIVEV/DTC/2020)-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 08 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Centro de Integração e Reabilitação de Tomar (5077/ENTE/DAJA/2021 - 15/DIVER/PR/2013)-----

Sendo nove horas e trinta minutos, o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a reunião e, na ausência de público inscrito para atendimento, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes apresentou uma proposta visando a elaboração de um projeto de regulamento de benefícios fiscais e incentivos ao investimento, como primeiro passo para a sua concretização no próximo ano. Referindo-se às instalações sanitárias da Várzea Grande, disse que foram fechadas em fevereiro de dois mil e dezassete, com a promessa de serem reparadas aquando das obras de requalificação do espaço; essa reparação chegou a estar considerada no projeto, mas, em novembro de dois mil e vinte, foi entendido que era necessário um novo projeto e outra empreitada, a iniciar no mais curto prazo de tempo, conforme foi referido pela Sra. Presidente, há cerca de um ano; as obras da Várzea Grande estão finalizadas desde maio e a situação das casas de banho continua a marcar passo, sem solução, e gostaria de perceber os motivos. Disse que, de acordo com o cronograma da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da rua Torres Pinheiro e da avenida dos Combatentes da Grande Guerra - que dão seguimento à requalificação operada na avenida Nuno Álvares Pereira, entretanto terminada, dotando o local de uma nova vivência e leitura urbana, semelhante àquela – a rua Torres Pinheiro ficaria interdita ao trânsito viário entre os dias nove de agosto e vinte e dois de outubro, passando a sentido único descendente a partir do dia vinte e três, mas a verdade é que ainda continua interdita ao trânsito, e gostaria de obter informação atualizada. -----

O Sr. Vice-Presidente referiu que a proposta será agendada para a próxima reunião. Sobre o ponto da situação das obras, disse que, neste mandato, assumiu competências no âmbito do



Departamento de Obras Municipais, mais ainda não tem conhecimento exaustivo dos prazos das empreitadas que estão a decorrer, sem prejuízo de poder adiantar que, na rua Torres Pinheiro, as infraestruturas estão executadas (em regra, é a parte mais difícil e demorada) e já há uma superfície na totalidade do troço em obras. Presume que possam existir dificuldades em termos de materiais, decorrentes da situação que está a ser colocada aos empreiteiros, em Portugal e no mundo, nas obras públicas, e também nas privadas, seja por falta de pessoal seja por constrangimentos na entrega dos materiais e no aumento dos preços, que estarão cerca de vinte por cento acima dos praticados no início da pandemia. Referiu que esta situação também se reflete na empreitada de requalificação das instalações sanitárias da Várzea Grande, cujo procedimento de contratação inicial ficou deserto, obrigando à subida do preço base, como acontece noutras obras, noutros concelhos, e tudo aponta para que vá continuar a acontecer nos próximos anos. Sublinhou que, em finais de dois mil e treze, quando iniciou funções neste órgão, todas as instalações sanitárias públicas estavam fechadas, com exceção daquelas que, entretanto, foram ampliadas e reabilitadas, junto ao Estádio Municipal; depois disso, foram reabilitadas as instalações sanitárias da Calçada de Santiago, foram reabertas e entregues ao cuidado da Junta de Freguesia as instalações existentes junto à Igreja de Santa Maria dos Olivais, e, agora, as da Várzea Grande, que foram retiradas do procedimento de requalificação do espaço porque se concluiu que o edifício onde estão inseridas carecia de reabilitação ao nível da estrutura e da cobertura e a obra era bastante complexa. Salientou que os empreiteiros têm interesse em concluir as obras o mais depressa que for possível, para receberem a fatia total do orçamento, e, neste caso, não sabendo exatamente a razão porque poderá eventualmente estar a demorar um pouco mais, presume que seja a dificuldade de pessoal, sendo certo que, pela particularidade do edifício, não é fácil ter lá muitas pessoas a trabalhar ao mesmo tempo. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que ainda não teve resposta às questões que colocou na última reunião, que lhe parecem legítimas e merecedoras de uma resposta pública, e espera poder obtê-la hoje, como julga ser seu direito; a questão dos planos e prazos para a recuperação da zona do Flecheiro poderá eventualmente ser abordada no ponto um da ordem do dia, mas aguarda o ponto de situação: sobre um possível espaço para a realização da Feira de Santa Iria num próximo ano, bem como de outras utilizações possíveis para este investimento; sobre a reativação do Percurso de Treino na Mata dos Sete Montes e informação de outras ações previstas para este espaço, tendo em vista a promoção e melhoria do seu usufruto; sobre planos e prazos para a melhoria da oferta de espaços pré-preparados para a



implantação empresarial, nomeadamente ao nível dos parques empresariais previstos no Plano Diretor Municipal em aprovação (além de Santa Cita, Vale dos Ovos, Pintado); e sobre os planos relativos ao modo de funcionamento do Centro de Inovação e Valorização do Conhecimento cuja construção está prevista em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar. Referiu que questionaram a Sra. Presidente, por correio eletrónico, sobre o funcionamento do atual centro de vacinação a funcionar no Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, tendo em conta as reclamações existentes, nomeadamente a nível de espera e de mau acesso para as pessoas de mobilidade reduzida, procurando apurar de quem é a responsabilidade do centro e de como se está a atuar no sentido da resolução do problema; em resposta, foram informados que “a responsabilidade de gestão dos centros de vacinação (CVC) é do ACES do Médio Tejo”, que “na segunda fase de vacinação, que é a que decorre atualmente, e porque o espaço já tinha sido alvo de visita técnica, foi opção conjunta do ACES do Médio Tejo e da câmara passar o CVC para o pavilhão municipal”, que “o equipamento possui elevadores que estão inteiramente disponíveis para serem utilizados, pelos utentes do CVC” e ainda que há “articulação com o ACES Médio Tejo no sentido de: ou melhorar a circulação/informação ou referenciar outro espaço municipal que reúna as condições para ser transformado em CVC”. Defendeu que, tendo em conta os relatos e notícias existentes de desconforto face ao funcionamento do centro, em defesa dos cidadãos se deverá rever com quem tem a responsabilidade da gestão deste centro de vacinação, a logística e procedimentos do seu funcionamento, por forma a minimizar o descontentamento existente; pelo lhes foi dado observar, a situação mantém-se por resolver, e deverão ser equacionadas alternativas de localização deste centro de vacinação, em piso térreo, que minimizem a dificuldade de mobilidade de quem ali é convocado a apresentar-se, como, por exemplo, a denominada tenda do mercado (não funcionando o centro de vacinação no dia de mercado) ou o espaço do quartel dos bombeiros onde ficam parqueadas um conjunto de viaturas (que, nesta fase, ficariam parqueadas na rua). Continuando, sugeriu que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o próximo ano contemplem duas propostas que apresentaram durante a campanha eleitoral, as quais, entre outras, reputam importantes para o concelho, e devem ser trabalhadas desde já: a elaboração de um Plano Estratégico para o concelho e a criação de uma Rede Concelhia de Ciclovias e de Percursos Pedestres. Defendeu ser relevante para Tomar haver um documento discutido e aprovado, que defina um rumo a seguir durante os próximos quadriénios; que ajude a enquadrar outros documentos estratégicos para o Concelho, em áreas como o Desenvolvimento Económico, a Cultura, a Saúde, a Educação, o Desporto, o Ordenamento do



Território; que ajude a orientar os técnicos, os decisores e um conjunto de stakeholders (ou interessados) no território; que seja um instrumento de referência, de balizamento e de comunicação na atividade da Câmara. Defendeu que esse documento tem que ser começado a trabalhar desde já, para que, daqui a mais ou menos um ano, possa estar a ser aprovado em Assembleia Municipal, parecendo fundamental que seja um trabalho feito em casa, com prata da casa, para que tenha identidade e verta a alma tomarense, e creem haver, nos quadros de pessoal da Câmara e de parceiros a envolver, e entre cidadãos a convidar, técnicos com capacidade para levar avante este projeto, com reduzidos custos e algum espírito de cidadania; o recurso a consultores que, tipicamente, seguem um modelo de trabalho e de documento "chapa quatro", com um reduzido envolvimento das forças vivas do concelho, parece ser uma perda de tempo e de identidade; serão válidas as estatísticas, bem como a consulta e síntese de um conjunto de documentos já existentes relativos a Tomar, mas, para a redação de um documento final, parece relevante ouvir a comunidade, os cidadãos, os técnicos de diversas áreas, os críticos e os visionários, através da organização, por exemplo, de um fórum ou conferência sobre Tomar, com várias áreas temáticas e sessões paralelas, cujas apresentações e atas das diferentes sessões constituam documentos de trabalho de uma equipa que, com base também noutros documentos e análises, redija a proposta de Plano Estratégico a submeter a votação da Assembleia Municipal. Defendeu ser também relevante para Tomar a criação de uma Rede de Ciclovias e de Percursos Pedestres, tendo em conta que o desporto de natureza tem cada vez mais adeptos e que o concelho tem condições propícias para a sua prática, havendo necessidade de potenciar isto, servindo os habitantes, mas, também, atraindo turistas que gostam e privilegiam estas atividades; sabe que dá trabalho, e tem alguma exigência, montar, divulgar e manter uma Rede de Ciclovias e de Percursos Pedestres, mas, acreditam que, a médio prazo, os frutos se sentirão em termos de dinâmica e receita; se, em cada freguesia, se trabalhar com os seus responsáveis, ouvindo as populações, associações e praticantes destas atividades, facilmente se identificarão percursos, no essencial respeitando trilhos já existentes, evitando custos, respeitando a natureza e a propriedade privada, para depois se marcarem e referenciar em termos de GPS. Referiu que importa traçar estas redes de percursos, pegando no trabalho já existente, ligando tudo, identificando também potenciais pontos de paragem e de interesse (fontes, pequenos monumentos ou pontos históricos, cafés, bares, restaurantes, pequenas oficinas ou pontos de artesanato, rios, ribeiras, praias fluviais e outros), divulgando e potenciando o desenvolvimento do concelho rural, e atraindo turistas e tomarenses não residentes, familiares e amigos, que por aqui



passarão algum tempo, desfrutando das condições oferecidas, das belezas naturais e da gastronomia local; estes percursos e ciclovias devem cruzar a cidade e podem evoluir conforme se moderniza e urbaniza o território, mas o seu traçado e desenho prévio permitirá a visão de conjunto e a sua integração nas obras ou investimentos a efetuar permitindo que se evite o que atualmente acontece com ciclovias que quase ninguém utiliza, com pequenos troços que, por si só, não têm utilidade e nem se lhe percebe a possível continuidade. -----

O Sr. Vice-Presidente referiu que as questões colocadas na última reunião vão ser respondidas pela Sra. Presidente. Em relação às áreas empresariais, adiantou que a proposta de Plano Diretor Municipal, submetida a aprovação da Assembleia Municipal, prevê: - pequenas áreas, praticamente em todas as freguesias, muitas vezes de consolidação de espaços existentes, alguns com possibilidade de alguma ampliação; - a atual área empresarial que todos conhecem; - a reabilitação e consolidação de uma área importante no Alto do Pintado, que, neste momento, está devoluta; e uma nova área em Vale dos Ovos. Disse que por força da lei, precisam de definir planos de pormenor específicos para as áreas de Vale dos Ovos e do Pintado; no primeiro caso, no mandato anterior, foi aprovado o procedimento tendente à sua elaboração estando a ser construído o caderno de encargos para a aquisição de serviços para o efeito, porque não é possível alcançar o produto final com os recursos internos; sem prejuízo do acompanhamento da sua elaboração, é fundamental definir esse caderno de encargos que, entre outras matérias, contemplará a previsão dos custos das infraestruturas (que é aquilo que mais onera, ainda mais em Vale dos Ovos, uma zona que não está de todo infraestruturada, para que não se possa repetir a circunstância de haver planos que não tenham execução em grande parte pela dificuldade, e enorme dispêndio financeiro, na concretização das infraestruturas); mesmo que possa ser mais demorado, está a ser feito um trabalho de base cuidado para garantir que a execução do instrumento seja bem sucedida; no caso do Alto do Pintado, esse trabalho ainda não foi iniciado porque, apesar de haver a ideia na comunidade que o município tem muitos arquitetos e muitos engenheiros, isso não é verdade, e muito menos é se compararem aquilo que são as competências do município de há uns anos a esta parte com as que detinha há vinte ou mais anos atrás; a capacidade dos recursos humanos é limitada, estão a ser trabalhados vários instrumentos de gestão do território -nomeadamente o Plano Diretor Municipal em revisão e os Planos de Pormenor do Flecheiro e Mercado e das Avessadas - e o que esperam é que, depois de concluídos os procedimentos de revisão do Plano Diretor Municipal e do Plano do Flecheiro e Mercado, se possa avançar para o plano de pormenor do Alto do Pintado e para um ou outro instrumento



de gestão do território que entendem carecer de revisão, como é o caso do que se aplica ao centro histórico. No que se refere ao Centro de Vacinação, referiu que o local foi escolhido pelo Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo e, não sendo o ideal, tem todas as condições possíveis para o fim a que está a ser destinado; não é um rés-do-chão, mas tem um elevador que pode ser utilizado. Adiantou que a Sra. Presidente reuniu, na passada semana, com os responsáveis do Centro de Vacinação para que, se for essa a sua vontade, possa ser encontrado um novo espaço, municipal ou não, que tenha melhores condições ou melhores acessibilidades, aguardando-se a decisão por parte de quem tem competência para a tomar. Relativamente às ciclovias e aos trilhos pedestres, referiu que, com as limitações dos recursos na área do desporto e do associativismo, tem vindo a ser realizado algum trabalho, de forma conjugada e coerente, apesar de ainda não estar visível; a plataforma que desenvolveram para o Plano Diretor Municipal é do mais avançado que existe no país em termos de georreferenciação sobre o território real, e, depois de concluído o procedimento, permitirá colocar sobre esse território tudo aquilo que esteja referenciado e definido, incluindo os percursos e trilhos de BTT, de caminhadas, de corrida e marcha (existem já três percursos de marcha e corrida urbana desenvolvidos pelo município) entre outros, em parceria com Juntas de Freguesias ou com associações; há um conjunto de trilhos que têm vindo a ser trabalhados, mas a situação sanitária atrasou um pouco o desenvolvimento destas matérias, até porque as atividades deixaram de ocorrer e há uma certa tendência para que a natureza volte a ocupá-los, mas tem havido um trabalho interessante e, acima de tudo por parte da comunidade, desde logo das associações, uma grande vontade em avançar e em trabalhar nestas matérias; compete ao município dar essa leitura mais global e criar essa possibilidade de todos os trilhos poderem estar mais visíveis para os munícipes e para qualquer cidadão que os visite, com todas as mais valias turísticas e económicas para o território. Referiu que o plano global ainda não existe porque, ao invés de aplicar um determinado plano no terreno, optaram por começar na realidade que existe e que vai sendo construída, e só depois a englobar num plano que seja mais visível e "vendável", mas terão oportunidade de discutir o assunto quando a proposta for discutida, até porque não percebe as razões de colocar isso em sede de Assembleia Municipal, atentas as competências de cada um dos órgãos. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, nos últimos dias, causou alguma polémica na comunidade a questão do estacionamento junto ao Estádio Municipal e aborda o assunto porque entende que pode ser uma oportunidade para uma reflexão sobre a situação e para tentar encontrar uma solução de compromisso que seja viável. Perguntou se vai ser reposto o



sinal que terá sido arrancado, se o executivo está a fazer essa reflexão e o que tenciona fazer em relação à situação.-----

Em resposta, **o Sr. Vice-Presidente** disse que estão ao corrente da situação e a trabalhar uma solução, sendo certo que não é uma questão que tenha surgido agora; aquela zona é essencialmente pedonal, onde o trânsito é uma exceção e tem condicionamentos, devidamente sinalizados; não se verificou nenhuma alteração à sinalização existente, mas tem havido uma atuação diferente da entidade policial competente. Referiu que, ao contrário do que tem sido muito afirmado, não houve qualquer indicação ou pedido da Câmara Municipal nesse sentido, mas percebe que a PSP assim proceda porque também deve receber as queixas que a Câmara recebe de outros municípios, que entendem que não devem ali existir carros, ou até mais. Frisou que, no mandato anterior, já tinha sido desenhada uma possível solução, mas ficou em stand by, porque o espaço passou a ser menos utilizado, decorrente da situação sanitária; foi agora retomada e abordada com o União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, como principal utilizador daquela zona; para além de um ou dois lugares para deficientes e de um lugar para ambulâncias, serão definidos alguns lugares para tomada e largada de passageiros (que é a questão que mais se coloca durante a semana, devido aos treinos), assim como lugares de estacionamento específicos para os utilizadores do Estádio Municipal (treinadores do clube referido e da Escola de Futebol de Tomar e, ao fim-de-semana, para as equipas visitantes); os três lugares marcados para autocarros a pensar nas equipas visitantes podem ser alterados para autocarros ou carrinhas de nove lugares, sempre na lógica de não colocar em causa o princípio de que é uma zona pedonal e desportiva, procurando um equilíbrio entre quem quer por ali andar em lazer e a possibilidade de haver algum estacionamento e largada e tomada de passageiros para o equipamento desportivo, e isso está a ser tratado e será concretizado assim que for recebida a sinalização que encomendaram. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes retomou a questão do centro de vacinação realçando que, ao contrário de outros anos, em que a vacina da gripe era administrada nos centros de saúde, este ano esta vacinação segue os mesmos trâmites do agendamento para a vacina Covid-19; têm pela frente pelo menos dois meses de condições atmosféricas difíceis e, segundo a informação de que dispõem, há cerca de trezentos agendamentos para o dia de hoje e seguintes. Referiu que é uma situação que exige ação também do Município, que tem que se preocupar com as pessoas, porque as pessoas que estão a ser chamadas para a vacina da gripe, e para a terceira dose da vacina Covid, têm dificuldades de mobilidade, adivinhando-se alguns meses com grandes problemas. -----



O Sr. Vice-Presidente salientou que a preocupação existe e têm estado sempre ao dispor do Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo, mas não podem dar ordens; o apoio à vacinação tem sido permanente, desde a primeira hora, quer na cedência do Pavilhão Jácome Ratton quer nos investimentos que foi sendo necessário fazer (só em ares condicionados portáteis, para tentar minorar as elevadas temperaturas do verão, foram despendidos cerca de cinquenta mil euros); há disponibilidade total, com os recursos disponíveis, ou com aqueles que seja possível alcançar, inclusive para mediar com outras entidades a possibilidade de uso de espaços que não sejam municipais, se se verificar que há soluções melhores que os espaços municipais disponíveis, mas a decisão de escolha do local tem que partir da entidade competente, e responsável pelo serviço que é prestado. Reiterou que, na semana passada, a Sra. Presidente acompanhou esses responsáveis na visita a alguns locais e pode haver novidades em breve, mas não lhe parece que o uso da tenda do mercado seja opção, até porque teria outros problemas, para além de não poder funcionar nalguns dias.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes informou que o Município vai estar presente na FAIRWAY - Quarto Fórum do Caminho de Santiago, que se realiza em Santiago de Compostela, entre os dias sete e nove do mês corrente, integrado na Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago, onde estarão presentes duas técnicas da área do turismo; no dia oito, terão uma mostra do património e da gastronomia local, com alguma degustação, e também do Caminho de Santiago. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco retomou a questão das áreas empresariais, na sequência das informações adiantadas pelo Sr. Vice-Presidente sobre o trabalho que está a ser feito em termos de projeto, referindo que percebe que haja dificuldades e que é mais fácil estar do lado da oposição, porque as coisas têm que avançar e há uma série de limitações, mas é importante estabelecer objetivos e cronogramas claros para que todos saibam quais são e porque é que eventualmente não se alcançam; Tomar está a perder população e investimento a olhos vistos e têm que criar condições para que as empresas cheguem e se possam instalar, e isso passa, em grande parte, por estes parques empresariais; há urgência em avançar com a urbanização dos parques que já existem e daqueles que podem vir a existir, e precisam de ter objetivos claros e de imprimir alguma celeridade à ação. No que se refere aos percursos pedestres, disse que se preconiza a conceção do desenho de uma rede global e integrada para todo o concelho, que tenha em conta as várias perspetivas que identificou e a integração das diferentes matérias, para que, conforme as obras e os projetos se vão realizando, possam ser tidas em conta e irem sendo executadas; pode haver um trabalho de base, em conjunto com



as freguesias, de identificação de percursos, o que não quer dizer que se façam todos no imediato, mas tem que haver verba para este planeamento/desenho global; não podem depender de uma ou outra boa vontade, aqui ou ali; não sendo um colete de forças, têm que ter um plano que oriente o trabalho a realizar no futuro e tem que haver alguma celeridade para que os percursos existam de facto e forçar para que as coisas aconteçam de uma forma global para o concelho . -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", o Sr. Vice-Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia vinte de outubro de dois mil e vinte um, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte um, o qual acusa os seguintes saldos: seis milhões, cinco mil, cento e sessenta euros e vinte e quatro cêntimos (6.005.160,24€) em Operações Orçamentais, e duzentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e oito euros e treze cêntimos (230.438,13€) em Operações Não Orçamentais.-----

N.º 01 – PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO – suspensão parcial, medidas preventivas e início de novo procedimento de revisão-----

No seguimento da deliberação tomada a 2 de agosto e da ata da Conferência Procedimental realizada no dia 17 de setembro, foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de suspensão parcial do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado e de estabelecimento de medidas preventivas para a área objeto de suspensão, a submeter a aprovação da Assembleia Municipal, e de início de um novo procedimento de revisão deste instrumento de gestão do território, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 16836/2021 e 16846/2021 da Divisão de Gestão do Território, e respetivos anexos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações e anexos, bem como a ata da Conferência Procedimental realizada no dia 17 de setembro, deliberou, ao abrigo das disposições do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT): -----

1.- Aprovar a proposta de suspensão do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado com estabelecimento de medidas preventivas, constituída por: -----



- Relatório de fundamentação e respetivos anexos: -----
- Pareceres da Agência Portuguesa do Ambiente emitidos a coberto dos ofícios S015206-2020903-ARHTO.DPI e S002062-202001-ARHTO.DPI;-----
- Protocolo de colaboração para concretização de ações de "Reabilitação da Rede Hidrográfica"; -----
- Texto das medidas preventivas; -----
- Ata da Conferência Procedimental de 17 de setembro de 2021 e pareceres |15832-202109-DSOT/DGT e S056119-202109-ARHTO.DPI, emitidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e pela Agência Portuguesa do Ambiente, respetivamente; -----
- Tabela de ponderação das observações indicadas em Conferência Procedimental; -----
- Deliberação da Câmara Municipal de 02 de agosto de 2021; -----
- Desenho 01 – Planta de Implantação/Síntese do plano – Área sujeita a suspensão e medidas preventivas; -----
- Desenho 02 – Planta de Condicionantes do plano – Área sujeita a suspensão e medidas preventivas;-----
- Desenho 03 – Planta de implantação da anterior suspensão do plano;-----
- Desenho 04 – Extrato da Planta de Condicionantes – PDM em vigor; -----
- Desenho 05 – Extrato da Planta de Condicionantes – RAN – Revisão do PDM;-----
- Desenho 06 – Extrato da Planta de Condicionantes – REN – Revisão do PDM;-----
- Desenho 07 – Extrato da Planta de Condicionantes – Outras condicionantes – Revisão do PDM;-----
- Desenho 08 – Extrato da Planta de Condicionantes – Áreas naturais – Revisão do PDM; -----
- 2.- Submeter a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 126.º do referido RJIGT, a proposta de suspensão com estabelecimento de medidas preventivas; ----
- 3.- Após a aprovação pelo órgão deliberativo, mandar publicar o procedimento de suspensão do plano e o texto das medidas preventivas em Diário da República, de acordo com a alínea i) do nº 4 do artigo 191.º do RJIGT, e publicá-lo na comunicação social e na página eletrónica do município; -----
- 4.- Iniciar um novo procedimento de revisão do referido instrumento de gestão do território, considerando os termos de referência constantes no relatório de fundamentação do procedimento, de acordo com o artigo 76.º e seguintes, por remissão do n.º 3 do artigo 119.º do RJIGT; -----



- 4.1- Determinar o prazo de três anos para execução da revisão do plano, prorrogável por igual período; -----
 - 4.2- Determinar a sujeição do procedimento de revisão a Avaliação Ambiental Estratégica, de acordo com o explicitado no relatório de fundamentação do procedimento; -----
 - 4.3- Solicitar o acompanhamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos do disposto no artigo 86.º, por remissão do artigo 119.º, ambos do RJIGT; -----
 - 4.4- Determinar a abertura de um período de participação pública preventiva, a iniciar no quinto dia útil a contar da data da publicação em Diário da República, com a duração de 15 dias úteis, conforme prevê o n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT;-----
 - 4.5- Mandar publicar em Diário da República o conteúdo da presente deliberação e publicitá-la, bem como a abertura do referido período de participação pública preventiva, no site institucional do município, na plataforma colaborativa de gestão territorial e na comunicação social, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis.-----
- Esta deliberação foi tomada por três votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "O Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, tem percorrido um caminho longo e sinuoso. -----
- Em 25-05-2015 inicia-se a revisão, numa agenda marcada pela constatação de alterações nas condições económicas e financeiras do país e, por consequência no concelho de Tomar, com reduções orçamentais que não permitiriam prosseguir os objetivos fixados do PPMF, à data, no que se referia às intervenções no espaço público e infraestruturas.-----
- Estabeleceram-se objetivos, tais como: -----
- A consolidação e ordenamento urbano da área de intervenção do plano com a valorização das margens do rio Nabão e o impacto para a vivência socioeconómica da cidade de Tomar, apresentando impacto relevante para o concelho;-----
 - A reabilitação urbana e revitalização do edificado existente como uma prioridade para o município;-----
 - Projetos em curso para a reabilitação do quartel dos bombeiros e valorização de achados arqueológicos; -----
 - A procura de novas funções para o mercado municipal (introduzindo alterações, valências e usos complementares) no contexto económico social da reabilitação e revitalização do Centro Histórico;-----



- A necessidade urgente de recuperação e reabilitação de um conjunto de imóveis históricos (Igreja, Arco das Freiras, Convento de Santa Iria e Colégio Feminino);-----
- A urgência do realojamento habitacional e requalificar a área do Flecheiro; -----
- A edificação prevista para a parcela designada no plano por UP.150^a, correspondente a um edifício em banda e apresenta dimensões e características inadequadas às expectativas urbanísticas atualmente concretizáveis, representando uma barreira visual e ambiental. -----
- A necessidade de adaptação e adequação deste instrumento de gestão territorial e as opções de edificação à evolução das condições económicas, sociais e ambientais atualmente vigentes-
- A urgência da adaptação e revisão do PPFM a uma nova realidade da qual está claramente desfasado.-----

Fixou-se em 360 dias o prazo para a conclusão do procedimento. -----
Em 4 de fevereiro de 2019 foi prorrogada a revisão do PPFM por mais um ano, proposta do Vereador e Hugo Cristóvão, contrariando os pareceres técnicos que indicavam um prazo de 2 anos. -----

Em 02-03-2020 – foi prorrogada a revisão do PPFM por mais um ano, proposta do Vereador e Hugo Cristóvão, retificando a deliberação de 4/02/2019 – invocando condicionantes de várias ordens (embora a proposta do plano apresentada à CCDRLVT esteja condicionada à prévia aprovação da REN). -----

Em 9-11-2020 – aprovação da proposta de revisão do PPFM e envio à CCDRLVT para efeitos de realização de conferência procedimental. -----

Em 02-08-2021 – aprovação da suspensão parcial, determinadas medidas preventivas e iniciada nova revisão. -----

Os Vereadores do PSD entendem que deverão ser prestadas informações/explicações, concretas quer em sede de reunião de executivo municipal, quer em Assembleia Municipal, e sobretudo à população, da concretização que as fases deste instrumento de gestão do território, contempla. -----

É incompreensível o tempo que está subjacente ao percurso de avanços e recuos que este Plano tem sofrido, com a responsabilidade direta do sr. Vereador Hugo Cristóvão. -----

Para objetivos tão prioritários e urgentes, traçados há 6 anos, é, de todo, inaceitável que se chegue ao ponto de partida, como há 6 anos e se espere mais 3 anos para um resultado que todos desconhecem!-----

Custos? Quanto se perdeu em verbas neste impasse, mas mais ainda, o que se perdeu pelo “não desenvolvimento económico-social preconizado”.-----



A gestão municipal deve vir junto de autarcas, técnicos, proprietários, empresários, e, sobretudo, população explicar o que pretende fazer. Sugerimos que este, e outros planos relevantes, sejam expostos na Casa Vieira Guimarães e se encontre um calendário para que os mesmos sejam consultados. -----

É determinante promover a comunicação. -----

A abstenção às eleições combate-se com o envolvimento da população. A população não pode decidir sobre o que não conhece. Não é na véspera das eleições que se andam a efetuar "obras" à pressa. -----

O PSD entende ser determinante e urgente dar continuação ao trabalho que foi iniciado e realizado na margem até à ponte do Flecheiro, mas que sejam conhecidos e cumpridos os pressupostos aqui expostos. -----

Por isso, o sentido de voto dos Vereadores do PSD é a abstenção." -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE: -----

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em outubro, pela Sra. Presidente e pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 03 – APOIO AO CAMPEONATO REGIONAL DE SLALOM DA BACIA DO TEJO -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de instalações desportivas municipais e das taxas relativas às licenças a emitir para realização, em data a definir, do Campeonato Regional de Slalom da Bacia do Tejo, organizado pelo Grupo Desportivo da Nabância, nos termos e fundamentos da informação n.º 826/2021 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das instalações desportivas municipais e das taxas relativas às licenças a emitir, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais e do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar, respetivamente. -----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 04 – JOGOS DE TOMAR 2021/2022-----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 835/2021 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude referente à realização dos Jogos de Tomar 2021/2022, em parceria com os Agrupamentos de Escolas Templários e Nuno de Santa Maria, e a Escola Profissional de Tomar.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 05 – FILMAGENS PARA PROGRAMA “THE CURSE OF OAK ISLAND” – isenção de taxas-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela realização de filmagens, no dia 4 de novembro para o programa “The Curse of Oak Island”, a cargo da produtora Toolbox.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 06 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Miguel Ângelo Vilela Cristóvão-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 2.000,00 m2 a destacar do prédio misto sito em Estrada das Atalaias, União de Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 4033/20200910, requerida por Miguel Ângelo Vilela Cristóvão, nos termos e fundamentos da informação n.º 16785/2021 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 07 – PREÇO DO BILHETE DE INGRESSO NO RECITAL DE PIANO DE MARTA MENEZES-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço do bilhete de ingresso no Recital de Piano de Marta Menezes, a

